


|   |  |
|---|--|
|  | <p><b>Protocolo Nº 20230710173906156</b></p> <p>Sua solicitação foi enviada à <a href="#">Umbaúba da Comarca de UMBAUBA</a>, às 10/07/2023 17:39:31, por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p> |
|---|--|

**DADOS DO PROTOCOLO**

**Tipo de Protocolo:** PETICIONAMENTO GERAL - Embargos de Declaração

**Processo:** 202187000815

**Classe:** Procedimento Comum

| Dados do Processo Origem |                    |                 |             |
|--------------------------|--------------------|-----------------|-------------|
| Número                   | Classe             |                 | Competência |
| 202187000815             | Procedimento Cível | Comum           | Umbaúba     |
| Guia Inicial             | Situação           | Distribuido Em: |             |
| 202113200535             | JULGADO            | 14/05/2021      |             |
| Julgamento               |                    |                 |             |
| 03/07/2023               |                    |                 |             |

| Partes     |                |  |
|------------|----------------|--|
| Tipo       | CPF            | Nome   |
| Requerente | 04933345562    | JOSÉ TONY RAMOS SOUZA                              |
| Requerido  | 09248608000104 | SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. |

| Anexos |  |         |
|--------|--|---------|
|        | Nome   | Tipo    |
| 1      | <a href="#">2814911_EMBARGO_DECLARACAO_SENTENCA_1A_INST_01.pdf</a> | Petição |

**ATENÇÃO!**

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

**Imprimir**



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE UBAUBA/SE**

Processo: 202187000815

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por **JOSE TONY RAMOS SOUZA**, opor

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Ante os fundamentos a seguir:

**DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO**

Sem adentrar ao mérito da sentença, informa a V. Exa. que constou na parte dispositiva desta o seguinte:

“[...] Pelo Exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I c/c art. 373 CPC, para condenar a requerida ao pagamento complementar de DPVAT, formulado na exordial, condenando a requerida ao pagamento do valor de R\$ 3.712,50 (três mil setecentos e doze reais e cinquenta centavos), nos termos da fundamentação. [...]”

Com a mais a respeitosa vênica, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decisor.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a atualização do valor indenizatório, ou seja, a sentença não se manifestou sobre a data inicial para o compimento dos juros.

Em relação aos consectários legais, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação e Súmula nº 580 pacificando a incidência correção monetária a partir da do sinistro.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, devendo-se esclarecer se o valor arbitrado será atualizado e caso sim, que seja observado os ditames legais previstos para a matéria *in loco*.

**CONCLUSÃO**

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto OMISSO, qual seja o marco inicial para a contagem dos juros de mora e correção monetária, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

UMBAUBA, 6 de julho de 2023.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**OAB/SE 2592**

